

MICROSCÓPIO

A COBERTURA DO MINISTRO

Raul Pilla

A PARECEU um responsável pelo impedimento da «marcha da produção». O que se dizia e o que se via era que o Exército não admitia. O Exército é claro, sob a inspiração e o comando do seu Ministro.

Ora, por mais que estejamos acostumados a tais traumatismos, esta operação de guerra não deixava de ser chocante. As Forças Armadas são um instrumento não um órgão de governo. Não deliberam: cumprem ordens. O Presidente da República poderia, violentando embora a Constituição, mandar deter a marcha e utilizar, para isto, as forças do Exército; este, porém, é que não poderia ter a iniciativa da operação.

Sentiu-se isto nas altas esferas do Governo e buscou-se um ministro para sanar o erro. A deliberação já não seria da Força Armada, mas do Governo, ou, mais exatamente, de um membro do Governo: o ministro da Fazenda, contra cuja administração se fazia o protesto coletivo.

Ora, não me parece que a emenda tenha sido feliz. Deliberação de tal natureza só poderia caber ao chefe do Governo ou, ainda melhor, ao Ministério, para tanto especialmente reunido. Seria inconcebível que um ministro pedisse a outro ministro o emprêgo da sua força e este, só por isto, sem ouvir o Presidente e os demais colegas, o atendesse. Mas, concedido que um simples ministro tivesse tal autoridade, esta seria, não do Ministro da Fazenda, imediatamente visado pela manifestação dos lavradores, mas do ministro do Interior e da Justiça, responsável pela ordem pública no País. Não direi, assim, que a emenda tenha sido pior do que o soneto; boa, porém, não foi.

De toda forma, é de louvar o sr. Lucas Lopes, por ter dado cobertura política, atenuando-lhe assim a gravidade, a um ato que, na sua primitiva feição, subvertia todo o nosso sistema constitucional. Salvaram-se, ao menos, as aparências. A julgar por suas manifestações à imprensa estrangeira, o Ministro da Guerra, em viagem pela Europa, ficou grato ao Ministro da Fazenda por seus bons officios...